



## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### CARGO: MÉDICO/MEDICINA DO TRABALHO

#### LÍNGUA PORTUGUESA:

Será avaliada a capacidade de:

1) Leitura e compreensão de diferentes gêneros textuais:

- Ler, compreender e interpretar textos diversos de diferentes gêneros, compostos por diferentes linguagens, redigidos em Língua Portuguesa e produzidos em situações diferentes e sobre temas diferentes.
- Reconhecer marcas argumentativas, identificando estratégias utilizadas e efeitos de sentido.
- Identificar as diferentes partes constitutivas de um texto, de seus principais tópicos e das relações estabelecidas entre essas partes.
- Identificar o sentido global de um texto.
- Identificar fato e opinião.
- Identificar objetivos discursivos do texto (informar, argumentar, relatar, expor, orientar, promover humor etc.).
- Identificar elementos que permitam relacionar o texto lido a outro texto ou a outra parte do mesmo texto (intertextualidade).
- Inferir o sentido de palavras e/ou expressões a partir do contexto.
- Estabelecer relações de sentido entre os diversos segmentos do próprio texto e entre textos diferentes.
- Estabelecer articulação entre informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta de ambiguidades, ironias e opiniões do autor.

- Reconhecer marcas linguísticas necessárias à compreensão do texto (mecanismos anafóricos e dêiticos, operadores lógicos e argumentativos, marcadores de sequenciação do texto, marcadores temporais, formas de indeterminação do agente).
- Identificar mecanismos de coesão e de coerência textuais presentes em gêneros textuais diversos.
- Reconhecer e analisar, em textos dados, a função morfossintática das classes de palavras e os efeitos de sentido (s) decorrentes desse uso.
- Reconhecer e analisar os recursos linguísticos que concorrem para o emprego da língua em diferentes funções, especialmente no que se refere ao uso dos pronomes, dos modos e tempos verbais e ao uso das vozes verbais.
- Reconhecer a importância da organização gráfica e diagramação para a coesão e coerência de um texto.
- Identificar variedades e adequação de linguagem.
- Analisar as características linguísticas próprias de textos multissemióticos.
- Estratégias de argumentação e posicionamento autoral em gêneros diversos

## 2) Conhecimentos linguístico-textuais:

- Identificar e empregar recursos linguísticos próprios da língua escrita formal em gêneros diversos: pontuação, ortografia, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal, estruturação de orações e períodos.
- Reconhecer a significação de palavras e expressões. Relações semânticas, lógicas e enunciativas entre palavras, expressões e frases.

### **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA(\*):**

**ANTUNES, I. Lutar com palavras:** coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.

**BAGNO, M. Gramática pedagógica do português brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2010.

**BECHARA, E. Gramática escolar da língua portuguesa.** 2. ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

**CASTILHO, A. T. Nova gramática do português brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2010.

**FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto:** leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.

**FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto.** 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.

**KOCH, I. G. V. Argumentação e linguagem.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

**KOCH, I. G. V. A coesão textual.** São Paulo: Contexto, 2013.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, I. G. **O texto e a construção dos sentidos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

KOCH, I. G.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2020.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 160 p.

ROJO, R.; MOURA, E. **Letramentos, mídias, linguagens**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

(\*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

## **MATEMÁTICA:**

O candidato deve demonstrar conhecimentos que lhe permitam a utilização do conhecimento Matemático básico tanto em aplicações abstratas quanto em situações práticas.

- Demonstrar capacidade de raciocínio lógico e dedutivo.
  - Deverá ser capaz de construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, da produção tecnológica.
  - Enfrentar situações problema: selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representadas de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações problema.
  - Construir argumentação: relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.
  - Compreender o caráter aleatório e não-determinístico de fenômenos naturais e sociais.
1. **CONJUNTOS.** Representação de um conjunto. Relações de pertinência e inclusão. Igualdade de conjuntos. Subconjuntos. Conjunto universo. Conjunto das partes de um conjunto. Operações com conjuntos: união, interseção, diferença e complementar. Produto cartesiano. Diagrama de Venn. Número de elementos de um conjunto.
  2. **CONJUNTOS NUMÉRICOS.** Números naturais e inteiros: operações fundamentais, critérios de divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum, decomposição em fatores primos. Números reais: operações fundamentais, potenciação e radiciação, valor absoluto, intervalos.
  3. **UNIDADES DE MEDIDAS.** Medidas de comprimento, superfície, volume, capacidade, massa, ângulo, energia, informática e tempo. Transformações das unidades de medidas.
  4. **MATEMÁTICA FINANCEIRA.** Razões e proporções. Números e grandezas proporcionais. Regra de três simples e composta. Porcentagens. Juros simples e compostos.

5. **GEOMETRIA PLANA.** Semelhança e congruência de figuras planas. Triângulos e polígonos. Circunferência e círculo. Relações métricas em triângulos, círculos e polígonos regulares. Área de polígonos. Área do círculo e de figuras circulares.
6. **GEOMETRIA NO ESPAÇO.** Estudo e cálculo de áreas e volumes dos sólidos: prisma, pirâmide, cilindro, cones e os respectivos troncos e esfera.
7. **FUNÇÕES.** Conceito de função. Domínio, contradomínio, imagem. Gráficos. Composição de funções. Funções crescentes e decrescentes. Função inversa. Função afim, funções polinomiais de primeiro e segundo grau, função exponencial, função logarítmica e seus respectivos gráficos.
8. **SISTEMA DE EQUAÇÕES LINEARES.** Sistemas lineares homogêneos e não homogêneos. Resolução de sistemas lineares: escalonamento, regra de Cramer. Sistemas equivalentes. Sistemas determinados, indeterminados e impossíveis.
9. **PRINCÍPIOS BÁSICOS DE ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE.** Princípio fundamental da contagem, arranjos, combinações, permutações simples e permutações com repetição. Probabilidade da união de eventos, independência de eventos e probabilidade condicional.
10. **NOÇÕES DE ESTATÍSTICA.** População, amostra, distribuição de frequência, média, moda, mediana, interpretação de gráficos e de tabelas.
11. **RACIOCÍNIO LÓGICO.** Noções básicas da lógica matemática: proposições, problemas com tabelas e argumentação. Tabelas Verdade, resolução de problemas.

#### **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA(\*):**

- ALENCAR FILHO, Edgard de. Iniciação à lógica matemática. São Paulo, SP: Nobel, 2002.
- BARROSO, J. M. Conexões com a matemática: ensino médio. São Paulo: Moderna, 2011.
- DANTE, L. R. Matemática: contexto & aplicações: ensino médio. São Paulo: Ática, 2011.
- DEGENSZAJN, D. et al. Matemática, ciência e aplicações: ensino médio. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DINIZ, M. I.; SMOLE, K. S. Matemática ensino médio. São Paulo: Saraiva, 2011.
- HUGHES-HALLETT, D. et al. Cálculo e aplicações. São Paulo: E. Blücher, 2009. 329 p.
- LARSON, R. E. et al. Cálculo com aplicações. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1998. 711 p.
- MORAES JUNIOR, José Jayme; LIMA, Alexandre. Raciocínio lógico: incluindo matemática, matemática financeira e estatística. São Paulo, SP: Método, 2011.
- PAIVA, M. Matemática: Paiva: ensino médio. São Paulo: Moderna, 2009.
- RIBEIRO, J. Matemática, ciência, linguagem e tecnologia: ensino médio. São Paulo: Scipione, 2011.
- SOUZA, J. Novo olhar: matemática: ensino médio. São Paulo: FTD, 2011.

**(\*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.**

## **LEGISLAÇÃO:**

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, (artigos 1º até 5º; artigos 37 até 41; artigos 205 até 214; artigos 218 e 219)

Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais: Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e suas alterações.

Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal: Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa: Lei Nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e suas alterações.

Lei de Acesso à Informação: Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011

Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal: Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 e suas alterações.

Licitações e contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Organização da Administração Pública Federal: Decreto Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967

Direitos do Usuário dos Serviços Públicos: Lei 13.460 de 26 de junho de 2017

Regimento Geral da Universidade Federal de Lavras: Resolução Normativa CUNI nº. 178, de 10 de dezembro de 2025.

Estatuto da Universidade Federal de Lavras: Resolução CUNI nº. 177, de 10 de dezembro de 2025.

## **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA(\*):**

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.** Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994.** Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 jun. 1994. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm). Acesso em: 16 dez. 2025.

**BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 abr. 1991. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8112compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112compilado.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

**BRASIL. Lei nº 8.429, 02 de junho de 1992.** Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 jun. 1992. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8429.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm). Acesso em: 16 dez. 2025.

**BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.** Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 de jan. 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm). Acesso em: 26 mar. 2025.

**BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

**BRASIL. Lei nº 13.460 de 26 de junho de 2017.** Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm). Acesso em: 16 dez. 2025.

**BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.** Estabelece normas gerais de licitação e contratação para a administração pública. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 abr. 2021. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm). Acesso em: 26 mar. 2025.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Resolução CUNI nº 177, de 10 de dezembro de 2025.** Dispõe sobre o Estatuto da Universidade Federal de Lavras. Boletim de Serviço Eletrônico; Diário Oficial da União: seção 1, p. 73, 17 dez. 2025; Disponível em: [https://sei.ufla.br/sei/publicacoes/controlador\\_publicacoes.php?acao=publicacao\\_visualizar&id\\_documento=731926&id\\_orgao\\_publicacao=0](https://sei.ufla.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=731926&id_orgao_publicacao=0). Acesso em: 17 dez. 2025.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Conselho Universitário. Resolução Normativa CUNI nº 178, de 10 de dezembro de 2025.** Dispõe sobre o Regimento Geral da Universidade Federal de Lavras. Boletim de Serviço Eletrônico, 17 dez. 2025. Disponível em: [https://sei.ufla.br/sei/publicacoes/controlador\\_publicacoes.php?acao=publicacao\\_visualizar&id\\_documento=732286&id\\_orgao\\_publicacao=0](https://sei.ufla.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=732286&id_orgao_publicacao=0). Acesso em: 17 dez. 2025.

**(\*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.**

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ÁREA: MÉDICO/MEDICINA DO TRABALHO**

1. Ambientes de trabalho saudáveis. Conceitos, princípios e objetivos da Medicina do Trabalho. Promoção da saúde, prevenção de agravos e vigilância em saúde do trabalhador. Modelo da Organização Mundial da Saúde e da Organização Internacional do Trabalho para ambientes de trabalho saudáveis.
2. Bases legais para as ações de saúde do trabalhador: Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Lei nº 8.080/1990. Lei nº 8.213/1991. Decreto nº 3.048/1999 (Regulamento da Previdência Social). Portaria MTB nº 3.214/1978 e Normas Regulamentadoras (NR). Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT). Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).
3. Identificação, avaliação e controle dos fatores de risco ocupacionais. Conceitos de higiene ocupacional. Avaliação qualitativa e quantitativa dos riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e psicossociais. Limites de tolerância (ACGIH – TLVs e BEIs). Monitoramento ambiental e biológico. Classificação de risco dos agentes biológicos.
4. Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho. Planejamento, execução, monitoramento e avaliação do PCMSO integrado ao PGR, com base nos riscos ocupacionais identificados e nos indicadores de saúde. Interface com SESMT, CIPA e eSocial. Avaliação da aptidão para o trabalho. Incapacidade laborativa, readaptação funcional e reabilitação profissional. Análise e gestão do absenteísmo e do presenteísmo, com utilização de indicadores epidemiológicos e administrativos para subsidiar ações preventivas e corretivas.
5. Patologia do Trabalho: conceito. Detecção de agravos à saúde relacionados ao trabalho na consulta médica. Estratégias de prevenção, gerenciamento de riscos e mudança tecnológica. Organização do trabalho e seus impactos sobre a saúde dos trabalhadores. Toxicologia ocupacional. Riscos químicos (incluindo agrotóxicos, solventes e metais pesados). Riscos físicos (ruído, vibração, radiações ionizantes e não ionizantes). Aspectos ergonômicos e organização do trabalho.
6. Doenças e agravos relacionados ao trabalho: exposição a materiais biológicos e químicos. Dermatoses ocupacionais. Doenças respiratórias ocupacionais (asma ocupacional, pneumoconioses). Perda Auditiva Induzida por Ruído (PAIR). Lesões por esforços repetitivos (LER) e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT). Doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho. Câncer relacionado ao trabalho. Acidentes do trabalho típicos e de trajeto.
7. Saúde mental e fatores psicossociais no trabalho: estresse ocupacional, burnout, transtornos mentais relacionados ao trabalho, assédio moral e organizacional. Psiquiatria ocupacional aplicada. Avaliação da capacidade laboral nos transtornos mentais.
8. Recursos e instrumentos para a investigação das relações saúde-trabalho. Estabelecimento do nexo causal entre doença e trabalho. Nexo Técnico Previdenciário (NTEP), Nexo Técnico

Profissional ou do Trabalho (NTP/T), nexo individual e epidemiológico. Elaboração de relatórios, laudos e pareceres médicos.

9. Vacinação do adulto e vacinação ocupacional. Imunização em situações de risco biológico. Recomendações da ANAMT e da SBIM. Doenças de notificação compulsória relacionadas ao trabalho. Prevenção de doenças ocupacionais.

10. Ética médica na atuação em saúde do trabalhador. Código de Ética Médica. Sigilo profissional e limites da informação ao empregador. Resoluções do Conselho Federal de Medicina aplicáveis à Medicina do Trabalho. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) aplicada à prática do médico do trabalho.

11. Inclusão e acessibilidade no trabalho. Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Avaliação da deficiência, capacidade laboral, adaptação do trabalho e inclusão profissional. Conversão de tempo especial em tempo comum e aposentadoria especial.

12. Temas clínicos gerais: fundamentos da terapia com fármacos; abuso e dependência de álcool; abordagem ao paciente com possível doença cardiovascular; abordagem à parada cardíaca e às arritmias que ameaçam a vida; hipertensão arterial sistêmica; aterosclerose, trombose e biologia vascular; uropatia obstrutiva; distúrbios gastrintestinais funcionais (síndrome do intestino irritável, dispepsia, dor torácica não cardíaca); abordagem ao paciente com icterícia ou alterações nas provas de função hepática; anemias microcíticas e hipocrômicas; leucopenia e leucocitose; avaliação nutricional; osteoporose; rinite alérgica e sinusite; pneumonia pneumocócica; gripe e resfriado; princípios da terapia antimicrobiana; doenças maculosas, papulosas, vesicobolhosas e pustulosas; doenças sexualmente transmissíveis (exceto síndrome da imunodeficiência adquirida); audição e equilíbrio.

13. SUS e Atenção Primária: Sistema Único de Saúde; Atenção Primária à Saúde; fundamentos da Medicina de Família e Comunidade; promoção da saúde; imunização; saúde da mulher, da criança, do adolescente, do adulto e do idoso (doenças cardiovasculares, pulmonares, gastrointestinais e hepáticas, renais, endócrinas, reumáticas, infecciosas, neurológicas); exames complementares de uso cotidiano; urgências e emergências clínicas; saúde mental e saúde do trabalhador no contexto da rede SUS.

#### **Bibliografia sugerida\*:**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Art. 40, § 4º, III (revogado pela Emenda Constitucional nº 103/2019).

BRASIL. **Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3298.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm). Acesso em: 19 dez. 2025.

**BRASIL. Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 19 dez. 2025.

**BRASIL. Portaria MTB nº 3.214, de 8 de junho de 1978.** Aprova as Normas Regulamentadoras – NR do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 6 jul. 1978. (*especificamente a NR-1, NR-6, NR-15 (Atividades e operações insalubres – Anexos 1, 2, 5, 7, 11, 12, 13, 13-A e 14) e NR-16 (Atividades e operações perigosas – todos os anexos*).

**BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

**BRASIL. Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.** Aprova o Regulamento da Previdência Social. **Anexo II:** agentes patogênicos causadores de doenças profissionais ou do trabalho, conforme previsto no art. 20 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com redação dada pelo Decreto nº 6.957, de 9 de setembro de 2009. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 7 maio 1999. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3048.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm) e [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3048anexooii-iii-iv.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3048anexooii-iii-iv.htm) Acesso em: 17 dez. 2025.

**BRASIL. Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.** Aprova o Regulamento da Previdência Social. **Anexo IV:** Classificação dos agentes nocivos. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 7 maio 1999. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3048.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm) e [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3048anexooii-iii-iv.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3048anexooii-iii-iv.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

**BRASIL.** Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Dor relacionada ao trabalho:** lesões por esforços repetitivos (LER): distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT). Brasília, 2012.

**BRASIL.** Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Dermatoses ocupacionais.** Brasília, 2006.

**BRASIL.** Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Exposição a materiais biológicos.** Brasília, 2006.

**CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA.** **Código de Ética Médica:** Resolução CFM nº 2.217, de 27 de setembro de 2018 , modificada pelas Resoluções CFM nº 2.222/2018 e 2.226/2019. Brasília, 2019.

**DIAS, E. C. (Org.).** **Doenças relacionadas ao trabalho:** manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil; OPAS/OMS, 2001. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas\\_relacionadas\\_trabalho1.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho1.pdf). Acesso em: 17 dez. 2025.

**FREEMAN, Thomas R.** **Manual de medicina de família e comunidade de McWhinney.** 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2018. E-book.

**GOLDMAN, L.; SCHAFFER, A. L., eds.** Goldman: Cecil Medicina. 26. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2022.

GUSSO, Gustavo; LOPES, José M. C.; DIAS, Lêda C. **Tratado de medicina de família e comunidade: princípios, formação e prática.** 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2019. 2v. E-book.

MENDES, René (org.). **Patologia do trabalho.** 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2003. 2 v.

LOSCALZO, Joseph *et al.* **Medicina Interna de Harrison.** 21. ed. Porto Alegre: AMGH, 2024. E-book.

LOPES, A. C. **Tratado de clínica médica.** 3. ed. São Paulo: Roca, 2015. 2 v.

SOLHA, Raphaela Karla de T. **Sistema Único de Saúde:** componentes, Diretrizes e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: Érica, 2014. E-book. p. 1.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **La prevención de las enfermedades profesionales.** Genebra: OIT, 2013. Disponível em: <https://www.ilo.org/es/publications/la-prevenci%C3%B3n-de-las-enfermedades-profesionales>. Acesso em: 17 dez. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Ambientes de trabalho saudáveis:** um modelo para ação: para empregadores, trabalhadores, formuladores de política e profissionais. Brasília, DF: Sesi/DN, 2010. Disponível em:

[https://www.anamt.org.br/site/upload\\_arquivos/sugestoes\\_de\\_leitura\\_17122013112017055475.pdf](https://www.anamt.org.br/site/upload_arquivos/sugestoes_de_leitura_17122013112017055475.pdf). Acesso em: 17 dez. 2025.

SEGURANÇA e medicina do trabalho. 92. ed. São Paulo: Atlas, 2025. (Manuais de legislação Atlas). ISBN 978-65-5977-705-1.

**\*A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.**